

# Só anistia emperra substitutivo de Cabral

Relatores adjuntos chegaram ontem a acordo sobre reforma agrária e sistema de governo

EUGENIO NOVAES



Só o sistema de governo e a organização sindical quebram a harmonia do bloco de esquerda da Constituinte. De resto, tudo fechado

## Saulo prepara defesa do Presidente no STF

O consultor-geral da República, Saulo Ramos, está concluindo estudo jurídico que servirá de base para defesa da queixa-crime contra o presidente José Sarney — apresentada pelo ex-governador Leonel Brizola — encaminhada pelo Supremo Tribunal Federal — STF. O processo teve origem com as declarações do deputado, Koyu Iha (PMDB-SP) à imprensa, após audiência, com o Presidente da República em junho passado. Na entrevista, o deputado disse que Sarney havia responsabilizado Brizola e seguidores

pelo atentado à comitiva presidencial, no dia 25 de junho no Rio de Janeiro. Até ontem à noite não havia chegado ao Palácio do Planalto a notificação do STF dando prazo de 48 horas para que o presidente José Sarney negue ou confirme as declarações do Koyu Iha. Mas já está certo que a defesa do Presidente terá como base principal telex de autoria do mesmo deputado negando que houvesse dado declarações contendo qualquer posicionamento ou comentário do Presidente sobre o incidente do Rio de Janeiro.

Um assessor do presidente Sarney assegurou, ontem, que não há a menor preocupação por parte do governo em relação ao processo do Supremo Tribunal Federal. "É uma questão elementar do ponto de vista jurídico. O presidente Sarney em momento algum responsabilizou qualquer pessoa, portanto a queixa-crime não resistirá a qualquer argumento. Na verdade, o que houve foi esperteza do Brizola. Com esta ação ele ganhou espaço na imprensa", considerou o assessor.

## Ordem de Leônidas dá ênfase à modernização

"Sem competência política vamos nos desunir, desperdiçar nossas potencialidades; sem capacitação profissional e trabalho árduo ficaremos à margem, ultrapassados e empobrecidos neste mundo de disputa econômica, científica e tecnológica". A afirmação está inserida na Ordem do Dia do ministro Leônidas Pires Gonçalves, alusiva ao Dia do Soldado, que será divulgada hoje em todos os quartéis da Força Terrestre. Em Brasília, a mensagem do ministro será lida na presença do pre-

sidente José Sarney, dos membros efetivos dos altos comandos das três Forças Armadas, dos ministros de estado e de outras altas autoridades.

O Dia do Soldado tem seu ponto alto, em Brasília, com a entrega da medalha do Mérito Militar a várias personalidades civis e militares, a leitura da Ordem do Dia e a saudação ao Exército pelo ministro Henrique Sabóia, da Marinha, que falará em nome de sua instituição e da Aeronáutica, de acordo com o rodízio entre os ministros

militares nas comemorações dos principais eventos das Forças Armadas. A cerimônia, presidida pelo ministro Leônidas Pires, terá lugar, às 9:00 horas, na pista principal do Setor Militar Urbano, com a chegada ao palanque do presidente José Sarney e sua comitiva. Durante a cerimônia militar o Exército mostrará os melhores paraquedistas realizando saltos de precisão ao lado do palanque oficial, além da apresentação pela primeira vez dos novos uniformes da corporação.

## Consenso é quase total na esquerda

O bloco da esquerda na Constituinte, que congrega o PT, PDT, PCB, PC do B e o MUP (Movimento Unificado Progressista, uma dissidência do PMDB), teve ontem mais uma reunião. O encontro foi marcado para avaliar o texto do substitutivo do relator Bernardo Cabral e identificar os pontos sobre os quais poderia haver uma ação conjunta, mas como o texto ainda não foi apresentado (só será entregue amanhã) o grupo analisou as possibilidades de redação para os artigos que abrangem 16 temas, para os quais o bloco já apresentou, coletivamente, emendas.

O deputado Nelson Friedrich (PMDB-PR), representante do MUP, disse que o bloco só não votará unido duas questões — o sistema de governo (PT e PDT são presidencialistas; os PCs são parlamentaristas) e organização sindical (dentro do bloco há os que defendem a unicidade, como os PCs e a pluralidade, como o PT). O restante dos temas considerados polêmicos serão votados organicamente pelo bloco.

Alguns itens já estão acertados pelo grupo, independentemente do que trouxer o texto de Bernardo Cabral: Reforma agrária, por exemplo, para o bloco, só com imissão imediata de posse. A estabilidade do trabalhador no emprego pode ter alguma espécie de graduação, ainda não detalhada. Os temas para os quais o grupo apresentou emendas conjuntas são: nacionalização da mineração e caducidade das concessões; conceito de empresa nacional e de empresa nacional de capital estrangeiro; voto proporcional; organização eleitoral; papel das Forças Armadas; Justiça Militar; Anistia, reserva de mercado; verbas públicas para entidades públicas; estado de defesa; conselho nacional de comunicações; estatização do sistema financeiro; imissão imediata de posse nos casos de desapropriação para efeito de reforma agrária; dívida externa; tribunal constitucional; mandato do presidente Sarney e maior participação dos trabalhadores em conselhos administrativos de organismos públicos.

"Nem Deus sabe como ficará no substitutivo a parte referente à anistia". Com este desabafo, o senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP) revelou ontem as dificuldades que o grupo de relatores-adjuntos e o relator Bernardo Cabral estão enfrentando para resolver a questão, que se transformou na mais polêmica nesta fase dos trabalhos. Definidos o sistema de governo, com o Parlamentarismo a partir de 15 de março de 1988, e um texto base para a Reforma Agrária, o único ponto pendente para o fechamento do Substitutivo que será entregue amanhã (26) continuou sendo a anistia.

Uma das maiores dificuldades para se chegar ao consenso sobre a concessão de anistia é a possibilidade de reintegração e pagamento dos salários atrasados aos militares cassados. Ontem, o relator Bernardo Cabral anunciou um fato novo, um elemento complicador. Ele revelou que a anistia continua sem solução porque os relatores resolveram analisar os atos de cassação assinados pelo presidente Costa e Silva a partir de julho de 1969, que podem ter sido falsificados.

"Nesta época o presidente já estava impossibilitado de assinar qualquer coisa, e há suspeita de falsidade ideológica. A estes casos nós estamos dando um tratamento diferenciado", disse.

Já o senador Fernando Henrique Cardoso considerou que será necessário se encontrar uma formulação final para a questão da anistia, que beneficie somente os militares cassados — cabos, soldados e marinheiros — ainda não anistiados com as emendas constitucionais de 1979 e 1985. Ele revelou, porém, que a pressão maior é feita por parte dos militares já anistiados, que querem a reintegração e o pagamento dos atrasados.

### "DESESPERO"

Ao se deslocar ontem do Banco do Brasil para a residência do senador Fernando Henrique Cardoso, os relatores-adjuntos levaram a pilha de propostas sobre as quais se debruçaram durante todo o dia e a noite, na tentativa de solucionar os pontos polêmicos que ainda faltavam para a conclusão do projeto. A definição para o sistema de governo e a solução para a

reforma agrária vieram rápidas. A dificuldade continuava sendo a anistia. "Estamos numa situação de desespero na corrida contra o tempo", admitiu Fernando Henrique.

Sobre o sistema de governo, o relator Bernardo Cabral reafirmou sua disposição de garantir no substitutivo o parlamentarismo, adotado ainda durante o mandato do presidente José Sarney, em 15 de março de 1988. A duração do mandato presidencial também fica como no projeto atual, 5 anos.

### CRONOGRAMA

O atraso de 3 dias na entrega do substitutivo, segundo Bernardo Cabral, não irá prejudicar o prazo final, e garantiu que no dia 20 de setembro o projeto chegará ao plenário da Constituinte para ser submetido à primeira votação. A partir de amanhã os parlamentares terão seis dias para emendar o substitutivo, e depois o relator terá mais oito dias para dar parecer sobre as novas emendas, apresentando o substitutivo definitivo para ser votado na Comissão de Sistematização, antes de ir ao plenário da Constituinte.